

Moraes avaliará possível retorno do “X” ao Brasil

Empresa nomeou representante e entregou documentos

Por Gabriela Gallo

Após 20 dias suspenso do Brasil, a rede social “X” (antigo Twitter) encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF), na quinta-feira (26), um pedido para que a Suprema Corte libere a rede social no Brasil, alegando que todas as exigências do ministro do STF Alexandre de Moraes foram cumpridas e que os documentos exigidos foram entregues. O pedido será analisado pelo ministro, que não demonstra pressa em liberar novamente a plataforma no país.

No último dia 20, a empresa do bilionário Elon Musk anunciou à Suprema Corte o nome da advogada Rachel de Oliveira Villa Nova como a representante da instituição no Brasil. A advogada já falava em nome da empresa, mas não tinha sido oficializada até então. Nessa nova remessa de documentos entregues pela rede social, estão as procurações originais que faltavam oficializando a advogada como representante legal da empresa.

Multas

Além disso, Moraes também solicitou a lista com o pagamento dos R\$ 18 milhões em multas por descumprimento das ordens judiciais e o bloqueio de nove contas de investigados ou acusados pela Suprema Corte de terem cometido crimes na plataforma — todas cumpridas, segundo a empresa. Dentre as contas bloqueadas mesmo após a possível volta da plataforma ao Brasil estão o senador Marcos do Val (Podemos-ES); a esposa do ex-deputado federal Daniel Silveira, Paola da Silva Daniel; o ex-apresentador da Jovem Pan Paulo Figueiredo Filho (que teve duas contas suspensas); o pastor Josias Pereira



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Caberá ao ministro do Supremo Tribunal Federal analisar se o X volta ao ar ou não

e o blogueiro Ed Raposo.

“Tendo em vista o integral cumprimento das determinações estabelecidas por Vossa Excelência, o X Brasil requer seja autorizado o restabelecimento da plataforma X para acesso dos seus usuários em território nacional, com a consequente expedição de ofício à Anatel, para que cesse as medidas de bloqueio anteriormente adotadas”, diz o documento.

No final de agosto, o ministro Alexandre de Moraes determinou a suspensão do “X” no Brasil após a plataforma descumprir ordens judiciais da Suprema Corte para a suspensão de contas e a não nomeação de um representante legal da empresa no Brasil. A decisão do ministro foi aprovada pela Primeira Turma da Suprema Corte. Além da suspensão da rede social no país, Moraes ainda determinou uma multa de R\$ 50 mil para brasileiros que tentem acessar a plataforma por uso de

VPN (virtual private network).

Além do retorno, ou não, da rede social, o ministro do STF ainda decidirá sobre a multa diária de R\$ 5 milhões para o X após Musk burlar o sistema da rede social e conseguir o acesso no Brasil, na última semana.

De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a empresa mudou seu endereço de tráfego para o Cloudflare, um sistema de conectividade em nuvem. A mudança burlou o sistema IP, sequência de números que funciona como o endereço de um servidor. A empresa alegou que sua infraestrutura para fornecer o serviço na América Latina não estava mais acessível para sua equipe. E que, por isso, foi necessário mudar o servidor, causando a restauração “involuntária e temporária” do serviço.

A medida possibilitou que diversos usuários brasileiros voltassem a acessar a plataforma

e dificultou a Anatel de fiscalizar os acessos. A Polícia Federal (PF) investiga quem continuou acessando a rede social mesmo após a determinação de Moraes. Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), após a PF identificar o usuário, ele deve ser notificado e, caso se recuse a parar, será multado.

Starlink

Ainda na quinta-feira, a auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) descartou irregularidades na contratação de satélites da Starlink (empresa de Elon Musk) para serem usados pelo Comando Militar da Amazônia. Segundo o TCU, a medida gerará uma economia de R\$ 3 milhões ao Exército. O tribunal investigava um suposto favorecimento para a Starlink na licitação do Exército, já que a empresa foi considerada a única com condições de atender os requisitos do Comando Militar da Amazônia.

Zambelli falta a depoimento no Supremo sobre invasão hacker

Da Redação

A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) faltou ao depoimento marcado para esta quinta-feira (26) no Supremo Tribunal Federal (STF). A oitiva ocorreria na ação penal na qual a parlamentar e o hacker Walter Delgatti são réus pela invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2023.

Em nota, a assessoria de Zambelli disse que ela está hospitalizada e vai passar por um procedimento de emergência.

Ela estaria internada no Hospital do Coração (Hcor), em São Paulo, após um mal estar. Segundo sua assessoria, ela tem feito exames para identificar a razão de uma arritmia. O boletim médico divulgado informa que a deputada teve uma “síncope” (alteração no ritmo cardíaco). Segundo a nota divulgada na tarde de quinta-feira (26), não havia naquele momento informação de alta.

Delgatti compareceu à oitiva, mas não foi ouvido. A assessoria do hacker não informou o motivo. Ele está preso em uma penitenciária de Araraquara (SP) e é réu confesso.

Unanimidade

Em maio deste ano, Zambelli e Delgatti viraram réus após a Primeira Turma do Su-



Lula Marques/ Agência Brasil

Deputada federal teria tido uma “síncope” cardíaca

premo, por unanimidade, aceitar a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) que acusa a deputada de ser a autora intelectual da invasão para emitir um mandato falso de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes.

A deputada e o hacker respondem pelos crimes de falsidade ideológica e invasão a dispositivo informático.

A defesa de Carla Zambelli sustenta que não há provas de que a parlamentar tenha incentivado o ataque hacker ao sistema do CNJ.

Entenda

Segundo a investigação, Carla Zambelli teria contratado o hacker, o mesmo que obteve informações das conversas entre o senador Sergio Moro, quando era o juiz da Operação Lava Jato com procuradores, nas quais combinava ações e condenações. O episódio, publicado pelo site Intercept Brasil, ficou conhecido como Vaza Jato.

A contratação teria o propósito de evidenciar supostas fragilidades no sistema eletrônico da justiça, especialmente

da Justiça Eleitoral.

O hacker teria, inclusive, inserido no sistema do CNJ uma falsa ordem de prisão contra Moraes.

O STF ouve depoimentos dessa investigação desde segunda-feira (23). Réus, Zambelli e Delgatti têm o direito de serem ouvidos por último.

Valdemar

Se Zambelli e Delgatti não depuseram, depôs o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, partido de Zambelli e do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Valdemar confirmou que teve uma reunião com Delgatti e com o advogado que representa o hacker, Ariovaldo Moreira. Delgatti teria pedido a Valdemar um emprego no PL, mas não foi contratado. O advogado do hacker, segundo Valdemar, também teria pedido emprego. O presidente do PL afirmou que orientou os dois a procurarem o marqueteiro Duda Lima, que atuou na campanha de Bolsonaro e agora atua na campanha do prefeito Ricardo Nunes (MDB), candidato à reeleição em São Paulo.

Valdemar disse que teria feito um “teste” com Delgatti, sugerindo que ele invadisse o celular da sua secretária. O hacker disse que precisaria de uma semana.

Com informações da Agência Brasil

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Dantas/TJRJ



Macedo Junior: magistrados mandam no sistema

Controlada por juízes, IA escreve sentenças no Rio

Juiz-auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Alberto Republicano de Macedo Junior afirma não caber à inteligência artificial adotada no fórum definir o mérito de uma sentença.

Em entrevista ao Correio Bastidores, diz que as decisões dos processos e as eventuais sanções continuam a ser definidas pelos magistrados.

Responsável pelo de-

envolvimento da ferramenta — batizada de Assis — Macedo Junior diz que cabe ao programa, elaborar e sugerir minutas de textos para relatórios ou sentenças e responder a perguntas a respeito de outros processos.

O Assis começou a ser usado no último dia 30 em 54 juizados fazendários e especiais cíveis. Deverá migrar para a segunda instância em 2025.

Mérito

De acordo com Macedo Junior, é dever do magistrado dizer expressamente ao assistente — como se refere ao programa de IA — que modelo de decisão adotará e qual será seu direcionamento no processo. “A definição do mérito da decisão é sempre do juiz”, frisa.

Jurisprudência

O juiz nega a possibilidade de, a exemplo do ocorrido em outros fóruns, a ferramenta citar jurisprudência (decisões judiciais anteriores) inexistente para embasar suas sentenças. Lembra que o Assis é fechado e foi desenvolvido pelo próprio Poder Judiciário.

Etapas

Relata que, depois da elaboração de uma sugestão de sentença pelo Assis, o magistrado tem que revisá-la “e, assim, decidir se irá aproveitar a sugestão de minuta”. Destaca que, na próxima versão do programa, o juiz terá que declarar que leu e conferiu o conteúdo proposto.

Sem alucinações

O ambiente controlado do Assis, afirma, impede o uso de dados falsos que tenham, por exemplo, sido introduzidos num outro sistema para treinamento. Ressalta que no TJRJ, não foi reportado “qualquer erro de alucinação gerado em cima de um processo judicial real”.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Sóstenes diz sempre votar contra jogos de azar

Evangélico é favorável ao fim de publicidade de bets

Os dados do Banco Central sobre apostas em sites reforçaram a chance de o Congresso voltar a discutir a regulamentação das bets e a proibição de veiculação de publicidade dessas empresas. A restrição está em projeto apresentado pela presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR).

O deputado Sóstenes

Cavalcante (PL-RJ) nega possibilidade de acordo com o PT, mas afirma que a maioria do PL e da bancada evangélica votaria a favor de qualquer projeto contra as bets. “Votamos tudo contra os jogos de azar, sempre”, ressaltou. Para ele, esses jogos são uma “desgraça social e um portão para a lavagem de dinheiro”.

Esperança

Guilherme Boulos (Psol), candidato à prefeitura de São Paulo, não desistiu de contar com Lula em novo ato de campanha. O presidente alegou problemas de agenda para cancelar um evento (chegou de Nova York na madrugada de ontem e irá para o México depois de amanhã).

Caminhada

A esperança do psolista é ter Lula numa caminhada no dia 5, véspera da eleição. Como vota em São Bernardo (SP), o presidente deverá chegar em São Paulo no sábado. A oscilação positiva de Pablo Marçal (PRTB) no Datafolha é um bom argumento para Boulos.